

A close-up photograph of George W. Bush waving his right hand. He is wearing a dark suit jacket over a blue shirt. The background is blurred, showing other people and what appears to be an outdoor setting. The word 'eua' is printed in white in the upper left corner of the image.

eua

A mão do “maldito politiquês”

A proposta de Bush para reformar a Seguridade Social baseia-se em suposições falsas e pode destruir um sistema que Roosevelt imaginou ancorado na política, não na finança

Armando Sartori

O presidente dos EUA, George W. Bush, quer mudar a seguridade social americana. Ele propõe que parte das contribuições dos trabalhadores seja transformada em aplicações no mercado financeiro. Pelo sistema atual, o Estado americano arrecada as contribuições e se responsabiliza pelo seu gerenciamento e pelo pagamento das pensões. A proposta de Bush é uma afronta ao sistema estabelecido em meio à Grande Depressão pelo presidente Franklin Roosevelt, segundo o qual contribuições de empregados e empregadores asseguram um rendimento certo, corrigido pela inflação, aos aposentados e pensionistas.

As mudanças propostas por Bush, no entanto, desagradam muita gente. Há os que, como Bush, embora achem que a Seguridade Social vai entrar em crise – não agora, mas nos próximos anos –, dizem que a privatização não é a solução adequada. E há os que entendem que esse sistema não deve ser visto principalmente do ângulo financeiro, mas do social, porque representa um direito adquirido pelos trabalhadores. Bush argumenta que a Seguridade Social (como é conhecida a Previdência pública nos EUA) está prestes a entrar em colapso. Mas, na verdade, segundo

a revista britânica conservadora *The Economist*, a Previdência americana está atualmente em superávit – as contribuições que a sustentam constituem mais de 25% das rendas obtidas pelo governo federal, enquanto os pagamentos das pensões representam mais de 20% dos gastos governamentais. De acordo com a revista, o risco de déficit só ocorreria a partir de 2018.

Greenspan é contra O projeto de Bush não mexerá com os benefícios recebidos por pessoas com mais de 55 anos, nem lhes aumentará os impostos. Para os mais jovens que quiserem aderir voluntariamente ao novo sistema, a idéia da privatização é transformar um terço dos impostos sobre os salários e a folha de pagamentos em depósitos em previdência privada. A previdência privada, diferentemente da estatal, cujo Fundo de Investimento da Seguridade Social é composto pelos títulos do Tesouro americano, baseia-se em aplicações no mercado de capitais.

Ao mesmo tempo, os beneficiários que hoje têm menos de 55 anos passariam a receber pensões da Previdência pública indexadas aos preços e não salários, como atualmente, na suposição de que os preços em geral crescem menos do

que as rendas individuais. Para avaliar o que está em jogo, basta considerar que, para quase dois terços dos pensionistas, a Previdência pública representa mais da metade de sua renda.

Entre os que apresentam argumentos contrários às idéias de Bush está o presidente do Federal Reserve (Fed, o Banco Central americano), Alan Greenspan. Segundo ele, a Previdência está necessitando de reforma no sentido da privatização, mas “gradativa”, e não “drástica”, ao contrário do que propõe Bush, já que os custos operacionais de uma reforma rápida seriam muito altos.

O professor de psicologia Barry Schwartz vai mais longe ainda. Ele afirmou em artigo recentemente publicado no *New York Times* que são falaciosos os argumentos de Bush de que a privatização vai aumentar, a longo prazo, a quantidade de dinheiro disponível para os aposentados. Segundo ele, embora os investimentos em capital deem historicamente um retorno de quase o dobro em relação às letras do Tesouro americano, isso só é válido a longo prazo, podendo perfeitamente estar ocorrendo o contrário no momento em que a pessoa vá se aposentar. Sem contar que os custos administrativos do novo sistema serão de dez a trinta vezes mais

elevados do que os custos da atual Previdência pública.

Mas, o maior obstáculo que a Casa Branca enfrentará deve partir da Associação Americana de Aposentados, que conta com 35 milhões de membros e é, de longe, a maior entidade associativa do país. Ela dispõe de enorme força no Congresso americano, embora se recuse a contribuir para a campanha eleitoral de qualquer candidato. Seu poder político vem, principalmente, do fato de que nos EUA, os idosos votam em proporção muito maior do que os mais jovens, que preferem abster-se em massa, e esses eleitores idosos seguem de perto as orientações da Associação.

Recentemente, a entidade divulgou duas pesquisas de opinião pública que provariam que “quanto mais os americanos ficam sabendo sobre a distribuição de impostos da Seguridade Social para contas privadas de investimentos, menos eles gostam da idéia”. Seu alvo especial são os congressistas republicanos.

O sistema que Bush quer alterar, apesar

temas de saúde pública, seguro-desemprego, seguro contra acidentes de trabalho, pensões a herdeiros e dependentes, se espalhou pela Europa.

Os EUA resistiam a estabelecer sistemas públicos de seguridade – imperava a idéia de que cada indivíduo devia prover às suas próprias necessidades, inclusive as futuras, devendo ao longo da vida produtiva acumular uma poupança pessoal que lhe permitisse sobreviver à velhice e à doença. É esse conceito que, mais ou menos modificado, parece sustentar hoje a proposta de Bush.

Quando da criação do sistema de seguridade nos EUA, além de os países europeus estarem bem mais adiantados – inclusive a Alemanha nazista e a Itália fascista – havia ainda a União Soviética, que servia como uma espécie de modelo para os trabalhadores. Internamente, o governo americano se defrontava com a radicalização do movimento operário, provocada pela Grande Depressão dos anos 1930.

Debate perigoso Nesse quadro, Roosevelt estabeleceu, em 1935, um sistema de aposentadoria baseado em contribuições de empregados e empregadores e instituiu, com fundos federais, um sistema de seguro-desemprego. Também verbas federais foram transferidas aos Estados, para saúde pública e assistência social. A idade de aposentadoria foi fixada em 65 anos, a mesma que havia sido adotada na Alemanha décadas antes. A taxa para empregados e empregadores foi estabelecida em 1% da folha salarial.

O sistema foi se ampliando ao longo dos anos seguintes. Em 1939 foram estabelecidas as pensões por morte e para dependentes. Em 1950, foram incluídos os trabalhadores rurais e domésticos. Em 1957, a idade da aposentadoria foi reduzida a 62 anos, mas com benefícios menores em relação aos que se aposentassem com 65 anos ou mais. Em 1965 foram criados os sistemas Medicare, de saúde pública para aposentados, e Medicaid, de saúde pública para pessoas abaixo da linha da pobreza, independente de sua idade. Em 1972, os benefícios da aposentadoria foram indexados ao Índice de Preços ao Consumidor.

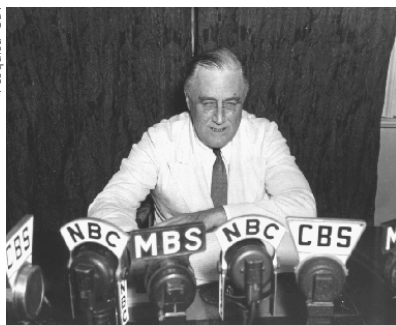
Mas, uma década depois, começou a reação neoliberal, no governo de Ronald

Reagan. Em 1983 os beneficiários começaram a pagar impostos. Em 1999, as taxas sobre a folha salarial foram estabelecidas em 6,2%. As propostas de reformulação mais ampla e profunda da seguridade social americana surgiram em 1997, durante o governo do democrata Bill Clinton, quando foi sugerido que as contribuições fossem substituídas por aplicações financeiras pessoais dos trabalhadores.

Para o mensário americano de esquerda *Monthly Review*, que considera os argumentos de Bush essencialmente falsos, há um grande perigo em aceitar o debate nos termos propostos por ele, em torno da questão financeira. Na espécie de editorial que abre a publicação, *Monthly Review* lembra na edição de março que, para proteger a Seguridade Social das críticas da direita e dos ataques do capital, Roosevelt construiu o sistema com autonomia em relação ao governo, com impostos regressivos sobre a folha de pagamentos, um fundo específico e uma administração separada. “Tudo isso foi visto por Roosevelt como os meios necessários para garantir que a Seguridade Social não pudesse ser desmantelada pelo capital na primeira oportunidade. Referindo-se aos impostos sobre a folha de pagamentos, ele disse que esses impostos “não foram nunca um problema econômico. Eles são políticos. (...) Com essas taxas, nenhum maldito político pode jamais sucatear meu programa de seguridade social”.

A publicação lembra que “essa é uma questão política”, que “tem pouco ou nada com integridade financeira”. Por que a Seguridade Social deveria ser forçada a submeter-se aos limites de seu fundo financeiro e não recorrer ao que é recolhido de impostos de forma geral, quando “o formidável e rapidamente crescente orçamento militar não é submetido a esses constrangimentos?”. “Em essência, a Seguridade Social deve ser vista não como um fundo, mas como uma promessa feita aos trabalhadores deste país e um direito fundamental do ser humano. Não é um conjunto de direitos especiais que podem ser perdidos ou retirados se vistos como muitos custosos pelos ricos”, afirmam os editores da *Monthly Review*. É exatamente contra essa questão essencial que Bush e a direita se voltam nesse momento. ■

Pesquisa ODI



Roosevelt: buscando meios necessários para garantir que a Seguridade Social não fosse desmantelada pelo capital na primeira oportunidade

de já ter sete décadas, foi um dos últimos estabelecidos nos países capitalistas desenvolvidos – o pioneiro na questão da seguridade social foi o Império Alemão, que a introduziu meio século antes dos EUA.

Em novembro de 1881, em meio à primeira grande crise estrutural do capitalismo e à radicalização do movimento operário alemão, o chanceler Otto von Bismarck criou o primeiro sistema de aposentadoria do mundo, baseado em contribuições de empregados e empregadores, mas também em subsídios estatais. No fim do século 19 e começos do 20, a novidade, acompanhada de sis-